

A ANTI-URBANIDADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ESTUDOS DE CASOS LATINO-AMERICANOS

Mariana Wilderom

Professora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas (PGAUR-USJT) e pós-doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) | mariana.wilderom@usp.br

Resumo geral:

É central nos textos de Henri Lefebvre sobre o urbano a investigação a respeito de como se configura uma cidade aberta à diferença, à participação coletiva e à construção comum. Em seu livro *O direito à cidade*, Lefebvre comenta que a socialização da sociedade só é possível pela “multiplicação e a complexificação das trocas” realizadas em “locais e momentos privilegiados”, e que estes não são possíveis “sem que... se libertem das coações do mercado, sem que a lei do valor de troca seja dominada, sem que se modifiquem as relações que condicionam o lucro” (2001, p. 79). O urbano seria a intensificação dos encontros simultâneos e heterogêneos, espacialmente concentrados para aumentar as possibilidades de troca. O urbano seria a construção das centralidades onde a concentração ocorre. Só haveria “direito à cidade” se esta fosse pensada como uma obra de arte coletiva, aberta à participação, produção e desejo coletivos, cujo sujeito privilegiado é, para Lefebvre, o proletariado urbano, único agente possível para uma “sociedade urbana”. Deste modo, para Lefebvre a socialização e a urbanização da sociedade são sinônimos.

A urbanização brasileira, entretanto, poderia ser interpretada pelo que Lefebvre chama de “segregação generalizada”: a dispersão e a ampliação do valor de troca – uma urbanização anti-urbana, se poderia acrescentar. Tal interpretação é lugar-comum na reflexão sobre a produção do espaço urbano brasileiro realizada pela iniciativa privada. Mas poderia ser estendida também a políticas públicas progressistas, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que João Whitaker Ferreira, no livro *Produzir casas ou construir cidades?* (2012), identifica reduzem a habitação a uma mercadoria, ao invés de pensá-la como um componente de um espaço urbano de qualidade. Também poderíamos estender a interpretação da “segregação generalizada” à crítica da arquitetura que Leandro Medrano e Luiz Recamán promovem no livro *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização brasileira* (2013), no qual defendem que a arquitetura moderna brasileira, neste caso aquela de Artigas e seus epígonos, relaciona-se à desordem urbana por meio do isolamento estético intralote. Nos dois casos, o agente

revolucionário proposto por Lefebvre desaparece: no primeiro exemplo, ele é substituído pelo poder público tecnocrático no uso da habitação como uma política anticíclica; no segundo, pelo arquiteto-artista na experimentação de formas restritas à intimidade da família.

Por esse motivo, considera-se aqui que a anti-urbanidade do espaço urbano brasileiro não é resultado apenas da sua falta de planejamento, mas de decisões tomadas dentro das disciplinas do desenho e planejamento urbano, concebidas para a separação e distanciamento do corpo social.

As comunicações desta sessão buscam elaborar como os instrumentos disciplinares têm colaborado para a divisão social, ao invés de sua superação. Frederico Costa analisa a proposta da Nova Capital de São Paulo nos anos 1980, conectando-a ao planejamento regional, à modernidade arquitetônica e às estratégias do regime militar, destacando como o projeto ilustra aspectos de antiurbanidade e seu escamoteamento na historiografia recente. Mariana Wilderom discute equipamentos públicos contemporâneos no Brasil, México e Colômbia como respostas às condições de antiurbanidade nas cidades latino-americanas, propondo uma análise crítica das potencialidades e limites dessas intervenções como paradigmas espaciais. Luana Kerber investiga a antiurbanidade na provisão habitacional brasileira, destacando como a racionalização modernista e as precariedades socioeconômicas moldaram a urbanização informal, além de discutir os impasses da disciplina na reprodução dessas condições. Raphael Grazziano examina sistemas de avaliação, mostrando como atuam como instrumentos neoliberais e de globalização, promovendo a homogeneização e facilitando a financeirização do espaço urbano em detrimento das especificidades locais. Juntas, as apresentações problematizam como decisões tomadas no campo disciplinar, historicamente e no presente, têm reforçado as divisões sociais e espaciais, ao invés de superá-las.

UMA CAPITAL ANTI-URBANA: O CASO DA NOVA CAPITAL DE SÃO PAULO

Frederico Costa

Doutorando FECFAU/ UNICAMP | f06950@dac.unicamp.br

Em 1980, o governador Paulo Maluf enviou para a Assembleia Legislativa Estadual a proposta para retirar a capital da metrópole de São Paulo e transferi-la para um novo local na região central do estado. Apesar da proposta ter sido recebida com críticas na imprensa e ter estimulado debates nas associações profissionais de arquitetura e engenharia, o episódio ainda foi pouco explorado pela historiografia da arquitetura e do urbanismo como representação das concepções de planejamento urbano e territorial e da urbanização sob o regime militar brasileiro. A reconstituição histórica do episódio e dos debates públicos da época revelam as preocupações de especialistas quanto aos impactos negativos e a natureza antidemocrática da proposta, que se baseava na descentralização de atividades urbanas das grandes cidades e na distribuição de funções pelo território regional com o intuito de evitar

ou reverter adensamentos populacionais. A análise desse debate aponta para uma confluência teórica entre concepções do planejamento urbano referentes à tradição do planejamento regional estadunidense e da tradição modernista da arquitetura e do urbanismo. Por um lado, a CELCAP, comissão responsável pelos planos da nova capital, liderada pelo engenheiro José Martiniano de Azevedo Netto, seguia uma tradição de órgãos públicos orientados pelo planejamento regional. Por outro, o arquiteto Julio Neves foi encarregado de reunir um grupo de profissionais renomados convidados para dar forma ao projeto, formado pelos arquitetos Paulo Mendes da Rocha, Giancarlo Gasperini, Pedro Paulo de Melo Saraiva e Alberto Botti. A proposta de Mendes da Rocha, conhecida como Cidade do Tietê, foi a única que ganhou circulação, já que foi apresentada no início dos anos 1990 em pelo menos duas exposições públicas, dentre elas a II Bienal de Arquitetura de São Paulo, organizada pelo IABsp em 1993. Porém, a origem da proposta como Nova Capital nunca mais foi mencionada nas ocasiões em que o projeto foi apresentado e nem em futuras publicações. Esse esforço de se evitar a menção às origens do projeto demonstra uma intenção de separar o repertório da arquitetura moderna das ações governamentais promovidas pela ditadura, apesar das premissas em comum. A apresentação reconstitui esse episódio e apresenta uma análise do debate da época com o intuito de contribuir com um referencial histórico do que se pretende estabelecer como aspectos anti-urbanos da urbanização brasileira contemporânea, segundo a concepção de Henri Lefebvre, e do modo como esses aspectos foram escamoteados na produção teórica recente sobre a arquitetura e a cidade.

ESPAÇOS DE CIDADANIA: A RESPOSTA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS À ANTIURBANIDADE NA AMÉRICA LATINA

Mariana Wilderom

Professora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas (PGAUR-USJT) e pós-doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) | mariana.wilderom@usp.br

Esta comunicação investiga a produção de equipamentos públicos de cultura, educação, lazer e esportes nas últimas duas décadas na América Latina, abordando-os como experimentações no campo do projeto urbano. Esses equipamentos são analisados como respostas projetuais às condições de antiurbanidade, entendida como característica intrínseca aos processos de urbanização contemporâneos e, em alguns casos, aos modelos territoriais prevalentes na prática disciplinar de Arquitetura e Urbanismo.

Por meio de um inventário crítico de projetos na Colômbia, México e Brasil, a pesquisa apresenta categorias críticas que relacionam estratégias projetuais a problemas estruturais da urbanização latino-americana, como a segregação socioespacial e o acesso desigual à cidadania. Entre os casos analisados estão os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, implantados a partir de 2002 em bairros periféricos; os parques-biblioteca, “Colegios de Calidad” e UVAs (Unidades de Vida Articulada) de Medellín, introduzidos desde 2004; e o

programa “Mi México Late”, promovido pela SEDATU (2018–2024) em cidades mexicanas de médio e grande porte.

A análise teórico-metodológica fundamenta-se nas noções críticas de Henri Lefebvre, especialmente a urbanização completa da sociedade, a produção do espaço e a crítica da vida cotidiana. Dialoga também com Simoni-Santos (2017), que interpreta a segregação socioespacial como atualização das formas de alienação e elemento central da reprodução econômica, reforçando que a segregação é uma condição estrutural das dinâmicas espaciais contemporâneas.

Milton Santos (2012) contribui ao destacar que, nos países subdesenvolvidos, o modelo econômico hegemônico centrado no mercado gera um “espaço sem cidadãos”. Para ele, é necessária a construção de um modelo cívico-territorial que promova cidadania baseada na justiça social e gestão equitativa do território. Na América Latina, a urbanização privilegiou o consumo e a mercantilização do espaço, reduzindo o cidadão a consumidor e enfraquecendo projetos coletivos voltados à urbanidade.

Por fim, o trabalho conecta essas experiências ao “desenvolvimento inumano” descrito por Calderón e Castells (2021), característico do neodesenvolvimentismo latino-americano. Apesar de avanços em saúde, educação e renda, o habitat urbano torna-se cada vez mais hostil para a maioria. Essas intervenções são analisadas como possíveis “paradigmas espaciais”, capazes tanto de reproduzir os resultados do modelo produtivista quanto de prefigurar alternativas às condições de antiurbanidade nas metrópoles latino-americanas.

ANTIURBANIDADE NA PROVISÃO HABITACIONAL BRASILEIRA: ENTRE A RACIONALIZAÇÃO MODERNA E ECONOMICISTA E OS LIMITES DA AUTOCONSTRUÇÃO NA PRECARIÉDADE ECONÔMICA

Luana Kerber

Arquiteta e Urbanista, mestre pela FAU-USP | luanakerber.arq@gmail.com

Esta comunicação parte da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Estratégias Contemporâneas de Intervenção: o *urbano* e o *habitar* nas transformações de favelas e *grands ensembles*” (2024) que teve como objetivo investigar as noções de *urbano* e *habitar* — em suas dimensões práticas e teóricas — que foram ativadas nas experiências recentes de urbanização de favelas e assentamentos precários no Brasil, e de renovação urbana de grandes conjuntos modernos deteriorados na França.

Apesar das distintas realidades dos territórios originais de intervenção (favelas e *grands ensembles*), carregam um aspecto de *antiurbanidade* e de segregação socioespacial como fundo, em uma linha que vai da radical abstração ideológica para a precariedade econômica. Esta comunicação, por sua vez, irá se centrar na estruturação da produção político-econômica e histórica desses espaços investigando o papel da própria disciplina da arquitetura e urbanismo

como parte da (re)produção dessas *antiurbanidades* e seus desdobramentos na provisão habitacional no Brasil.

Para organizar essa tessitura, tomamos os conceitos do filósofo Henri Lefebvre na obra *Vida Cotidiana no Mundo Moderno* (1991 [1968]) entre o *habitat* e o *cotidiano*. Para o *habitat* está a abstração da vida no conjunto com o exemplo vanguardista da França do pós-guerra e seus *grands ensembles* — a racionalização ideológica da construção em massa na precariedade urbana. E para o *cotidiano* tomamos o exemplo da modernização do Brasil e sua *urbanização a baixos salários* (Maricato, 1996), resultando na formação das favelas — a precariedade da racionalização econômica.

Essa estrutura nos permite identificar, em um segundo momento, e de forma mais aprofundada, as origens ideológicas-disciplinares da produção da *antiurbanidade* na realidade da provisão habitacional brasileira, e atuais impasses. Essa questão no Brasil está evidente desde o *fenômeno da favelização* (Maricato, 2003), nos anos 1970, em que foram elaboradas formas distintas de se olhar para as favelas, para a demanda de habitação e os problemas de precarização e segregação socioespacial: 1) passando pelas atroz medidas de remoção e “desfavelização” vigentes até os anos 1970; 2) pelos pontuais e urbanisticamente desarticulados conjuntos habitacionais promovidos pelo BNH; 3) até a aceitação da solução para a demanda habitacional e urbana, pela via da teorização da autogestão e da autoconstrução, porém na exclusão político-econômica; 4) até chegar no século 21, em que os programas de urbanização de favelas, que buscavam integração ao núcleo urbano, apresentam dificuldade, tanto pelas descontinuidades dos programas, quanto também pela reprodução de aspectos de *antiurbanidade* oriundos dessas heranças disciplinares.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GLOBALIZADO

Raphael Grazziano

Professor Adjunto, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC | raphael.grazziano@ufsc.br

A partir do fim dos anos 1980, observa-se uma transformação na gestão corporativa, em que se passou a dedicar cada vez mais recursos para consultorias e auditorias. Tais agentes, antes marginais na administração, passaram a ser centrais na operação e circulação de estratégias empresariais. Isso também pode ser observado na produção do espaço urbano, com a atuação de consultorias na análise e ranqueamento de cidades, como nos relatórios das Big Four, especialmente a PwC e a McKinsey. Também há o surgimento de *sistemas de avaliação*, como LEED®, BREEAM®, ISO e WELL®. Tais sistemas são instrumentos de verificação e garantia da execução de decisões corporativas, de modo que os empreendimentos cumpram os princípios avaliados e que seus inquilinos possam ter asseguradas as suas ações de ESG.

Propõe-se que esses sistemas de avaliação sejam interpretados não como padrões tecnocientíficos passíveis de aperfeiçoamentos, e sim como estratégias de produção do neoliberalismo e de globalização. Estratégias neoliberais porque tais sistemas operam muitas vezes em temas pouco ou mal regulados pelo poder público, de modo que oferecem ganhos de distinção dentro da competição no mercado imobiliário. Estratégias de globalização porque esses sistemas representam a qualidade de um ativo imobiliário para um investidor, replicando sua avaliação em qualquer contexto global. Sem o conhecimento do contexto de um edifício distante, um investidor se utiliza das avaliações desses sistemas como índices das características

dos edifícios, permitindo melhor controle na carteira de investimentos e maior liquidez nas suas transações.

O que temos, portanto, é um conjunto de padrões que auxiliam a produção dos centros financeiros e administrativos do circuito de cidades-globais. Por essa interpretação, os sistemas de avaliação não são neutros, mas imbuídos de valores sociais; e não são apenas consequências de uma nova ordem produtiva global, mas a tecnologia pela qual o espaço globalizado é efetivamente *produzido*. Se a urbanidade é a socialização da sociedade pelo heterogêneo, tais sistemas são vetores de homogeneização e portanto de anti-urbanidade. As diretrizes globalizadas consideram apenas de modo secundário necessidades locais, replicando soluções de boas práticas transnacionais e muitas vezes relacionadas a seus territórios de origem. A utilização desses sistemas em práticas de financeirização faz com que os empreendimentos sejam concebidos para seus potenciais de retorno, ao invés de seu valor de uso. Ainda que se alinhem aos debates de progresso social, sua inovação de conteúdo sem uma técnica que se desvincule do esquema neoliberal termina por replicar as formas de acumulação.